



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO-LEI Nº 1.413, DE 31 DE JULHO DE 1975.**

Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, item XVII, alínea “c”, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º As indústrias instaladas ou a se instalarem em território nacional são obrigadas a promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente.

Parágrafo único. As medidas a que se refere este artigo serão definidas pelos órgãos federais competentes, no interesse do bem-estar, da saúde e da segurança das populações.

Art. 2º Compete exclusivamente ao Poder Executivo Federal, nos casos de inobservância do disposto no artigo 1º deste Decreto-lei, determinar ou cancelar a suspensão do funcionamento de estabelecimento industrial cuja atividade seja considerada de alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional.

Art. 3º Dentro de uma política preventiva, os órgãos gestores de incentivos governamentais considerarão sempre a necessidade de não agravar a situação de áreas já críticas, nas decisões sobre localização industrial.

Art. 4º Nas áreas críticas, será adotado esquema de zoneamento urbano, objetivando, inclusive, para as situações existentes, viabilizar alternativa adequada de nova localização, nos casos mais graves, assim como, em geral, estabelecer prazos razoáveis para a instalação dos equipamentos de controle da poluição.

Parágrafo único. Para efeito dos ajustamentos necessários, dar-se-á apoio de Governo, nos diferentes níveis, inclusive por financiamento especial para aquisição de dispositivos de controle.

Art. 5º Respeitado o disposto nos artigos anteriores, os Estados e Municípios poderão estabelecer, no limite das respectivas competências, condições para o funcionamento de empresas de acordo com as medidas previstas no parágrafo único do artigo 1º.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

*Armando Falcão*

*Geraldo Azevedo Henning*

*Sylvio Frota*

*Antonio Francisco de Azeredo da Silveira*

*Mário Henrique Simonsen*

*Dyrceu Araújo Nogueira*

*Alysson Paulinelli*

*Ney Braga*

*Arnaldo Prieto*

*J. Araripe Macedo*

*Paulo de Almeida Machado*

*Severo Fagundes Gomes*

*Shigeaki Ueki*

*João Paulo dos Reis Velloso*

*Maurício Rangel Reis*

*Euclides Quandt de Oliveira*

*Hugo de Andrade Abreu*

*Golbery do Couto e Silva*

*João Baptista de Oliveira Figueiredo*

*Antonio Jorge Correa*

*L. G. do Nascimento e Silva*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 1º.8.1975.